

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALTERAÇÃO DA LEI N.º 6.404/1976 PELA LEI N.º 11.638/2007 E SEUS
REFLEXOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

ANDRÉIA ANGELA DOS SANTOS SIEGEL

FLORIANÓPOLIS

2012

Andréia Ângela dos Santos Siegel

**ALTERAÇÃO DA LEI N.º 6.404/1976 PELA LEI N.º 11.638/2007 E SEUS
REFLEXOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Monografia apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof. Vladimir Arthur Fey, Msc.

FLORIANÓPOLIS

2012

Andréia Ângela dos Santos Siegel

**ALTERAÇÃO DA LEI N.º 6404/1976 PELA LEI N.º 11.638/2007 E SEUS
REFLEXOS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis/SC, 02 de Julho de 2012.

Professor Irineu Afonso Frey, Dr.
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Vladimir Arthur Fey, Msc.
Orientador

Professor Joisse Antônio Lorandi, Dr.
Membro

Professor Orion Augusto Platt Neto, Dr.
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha,
a pequena Nicole que é...
a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

A DEUS pelo Dom da vida,
Aos meus pais por todo o amor e carinho dispensados.
Aos meus irmãos pela amizade que cultivamos.
Ao meu esposo e companheiro nos momentos difíceis.
As minhas amigas pelo incentivo.
Ao professor orientador por ter aceitado este desafio.

"Bem-aventurado o homem
que acha sabedoria, e o homem
que adquire conhecimento"
(Provérbios 3,13).

RESUMO

SIEGEL, Andréia Angela dos Santos. **Alteração da Lei n.º 6,404/1976 pela Lei n.º 11.638/2007 e seus reflexos no patrimônio líquido.** Monografia (Ciências Contábeis)- Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

O objetivo geral deste estudo é demonstrar as alterações no grupo de contas do Patrimônio Líquido com a adoção da Lei n.º 11.638/2007, e como foram evidenciadas as alterações, que impactos trouxeram para o grupo do Patrimônio Líquido. As diferenças existentes nas práticas contábeis dificultando a compreensão e comparabilidade das informações foi um dos aspectos que levou órgãos de diversos países a se unirem a fim de padronizar as informações, torna-las comparável e transparente independente de sua localização. As normas internacionais surgiram no Brasil devido ao aumento dos negócios decorrentes da globalização. Para conseguir harmonizar as normas contábeis aos padrões internacionais houve a alteração da lei que regulamentava as empresas de grande porte e de capital aberto. Foi necessária também a criação de um órgão que emitisse pronunciamentos a fim de esclarecer e adequar os padrões internacionais de contabilidade à legislação vigente no Brasil. Devido as dificuldades de adequação as novas práticas contábeis exigidas faz-se necessário um estudo exploratório realizado com a empresa Tractebel Energia SA, a fim de descrever as mudanças e verificar os impactos no grupo do Patrimônio Líquido com aplicação das novas práticas contábeis. Os dados para a análise foram extraídos do *site* da empresa e da Bovespa. Verificou-se que adoção das novas práticas contábeis foi feita gradativamente pela empresa analisada e que para um total cumprimento das exigências feitas pelos órgãos reguladores, alguns pronunciamentos e interpretações deverão ser emitidos devido à complexidade das normas.

Palavras- chave: Normas internacionais. Patrimônio Líquido. Práticas Contábeis.

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA - Associação Brasileira de Comunidades Alternativas
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APIMEC - Associação dos Analistas de Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais
BM & FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
BP - Balanço Patrimonial
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM - Comissão de Valor Mobiliário
DFPs - Demonstrações Financeiras Padronizadas
DLPA - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
FASB - Financial Accounting Standards Boards
FIECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Autarquias e Financeiras
IAS - International Accounting Standards
IASB - International Accounting Standards Boards
IASC - International Accounting Standards Committee
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPC - Interpretação Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IFRS - International Financial Reporting Standards
MME - Ministério de Minas e Energia
OCPC - Orientação Comitê de Pronunciamentos Contábeis
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PL - Patrimônio Líquido
SA - Sociedade Anônima
SC - Santa Catarina
SEC - Security Exchange Commission
SFAS - Statiments of Financial Accountings Standards
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESTRUTURA <i>IASB</i>	23
FIGURA 3: BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA EM 01/01/2009.	46
FIGURA 4: BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2009.....	47
FIGURA 5: BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO 2010.	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2008.	38
TABELA 2: EFEITOS DA APLICAÇÃO DA LEI N.º 11.638/2007.	39
TABELA 3: DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2008.....	40
TABELA 4: PL COMPARATIVO EXERCÍCIO DE 2008.....	42
TABELA 5: PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2009.	43
TABELA 6: DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2009.	44
TABELA 7: PL COMPARATIVO ENTRE LEI N.º 6.404/7 E LEI N.º 11.638/2007.	48
TABELA 8: DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2009.....	49
TABELA 9: PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2010.	50
TABELA 10: DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2010.....	53
TABELA 11: PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2011.....	54
TABELA 12: DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2011.	55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ANTES E DEPOIS DA LEI Nº 11.638/2007	26
------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO 2008.	41
GRÁFICO 2: DESTINAÇÃO LUCRO DO EXERCÍCIO 2009.....	45
GRÁFICO 3: DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2010.....	52

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1	TEMA E PROBLEMA	13
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	Objetivo geral	14
1.2.2	Objetivos específicos	14
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	15
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA	15
1.4.1	Quanto aos objetivos	16
1.4.2	Quanto aos procedimentos	16
1.4.3	Quanto à abordagem do problema	17
1.5	LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	17
1.6	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	18
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	A LEI DAS SA E SUAS ALTERAÇÕES	19
2.2	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA REGULARIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS.....	21
2.2.1	<i>O International Accounting Standards Boards (IASB)</i>	22
2.2.2	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	24
2.2.3	Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).	25
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) E ALTERAÇÕES	26
2.3.1	Capital Social	27
2.3.2	Reservas de Capital	27
2.3.3	Ajustes de Avaliação Patrimonial	28
2.3.4	Reservas de Lucros	29
2.3.5	Prejuízos Acumulados.....	33
2.3.6	Ações em Tesouraria	34
2.4	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	35
2.5	DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)	35
3.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
3.1	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	37
3.2	ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2008	38
3.2.1	Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2008	39
3.3	ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2009	43
3.3.1	Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2009	44
3.4	ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2010	50
3.4.1	Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2010	51
3.5	ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2011	53
3.5.1	Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2011	55

4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
4.1	QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS.....	57
4.2	QUANTO AO ALCANCE DOS RESULTADOS	58
4.3	SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	58
	REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade no Brasil passou por um processo de normatização das informações contábeis a fim de universalizá-las. As diferenças existentes nas práticas contábeis têm sido um problema para a compreensão e comparabilidade das informações. Com a convergência das normas contábeis haverá uma facilidade no processo de comunicação (NIYAMA; SILVA, 2008).

A internacionalização das demonstrações contábeis surgiu devido à necessidade de transparência das informações e uniformidade para que os gestores, investidores e analistas financeiros de todo o mundo tivessem acesso às informações de forma comparável e confiável, servindo para aumentar principalmente as movimentações de recursos financeiros internacionais e propiciar a redução das barreiras comerciais entre as nações.

Em dezembro de 2007 foi regulamentado o processo de internacionalização das normas contábeis no Brasil, foram criadas disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Um fator preponderante para a normatização foi a criação da Lei n.º 11.638/2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que regulamentavam as sociedades de grande porte.

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade poderá trazer diversas vantagens às empresas, aos usuários das demonstrações contábeis e aos profissionais de contabilidade, com vista a facilitar a análise, comparação e consolidação dos demonstrativos contábeis.

Segundo Lopes e Araujo (2008), estão sendo adotadas medidas com o objetivo de harmonizar as normas de contabilidade, adequando as demonstrações aos padrões dos principais mercados financeiros mundiais de maneira que transações idênticas tenham impactos iguais nas contas patrimoniais e de resultado das sociedades, independentemente de sua localização.

Para que pudesse ser desenvolvido o processo de normatização e buscando soluções para a convergência internacional das normas contábeis houve necessidade da criação de órgãos como o CPC (Comitê de pronunciamentos Contábeis), que tem por objetivo “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade” (CPC, 2012).

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) tem um papel importante, pois normatiza as empresas de capital aberto auxiliando-as neste processo transitório, por esse motivo a adequação às normas internacionais é uma exigência para as empresas de grande porte e com capital aberto, listadas na BOVESPA, participantes do nível de governança corporativa.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O presente estudo pretende analisar a empresa Tractebel Energia SA, fazendo um comparativo entre os resultados apresentados antes da alteração da Lei n.º 6.404 de 1976, pela Lei n.º 11.638 de 2007.

As normas internacionais surgiram no Brasil devido ao aumento dos negócios decorrentes da globalização. Para conseguir harmonizar as normas contábeis aos padrões internacionais houve a alteração da lei que regulamentava as empresas de grande porte e de capital aberto.

Os padrões contábeis utilizados no Brasil sofreram inúmeras modificações devido à promulgação da Lei n.º 11.638/2007, em especial na reestruturação do grupo do Patrimônio Líquido visando demonstrar a realidade econômica das entidades e do seu patrimônio (SANTOS et al. 2010).

O início do processo de aplicação das novas práticas contábeis, seria o exercício de 2008, devido a dificuldades de interpretação da Lei n.º 11.638/2007 surge órgãos reguladores responsáveis pela emissão de pronunciamentos técnicos a fim de esclarecer o processo de harmonização contábil.

Diante do exposto, obtem-se o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos da alteração da Lei nº. 6.404/1976 pela Lei nº. 11.638/2007 no grupo do Patrimônio Líquido da empresa Tractebel Energia S/A nos anos de 2007 a 2011?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar, por intermédio das Demonstrações Financeiras Padronizadas as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pronunciamentos do CPC, na forma de evidenciação das contas no Patrimônio Líquido da empresa Tractebel Energia SA, durante os exercícios de 2007 a 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever as mudanças ocorridas no grupo do Patrimônio Líquido provocadas pela Lei n.º 11.638/2007;
- b) demonstrar as principais diferenças encontradas no grupo Patrimônio Líquido, apontando o tratamento dado às contas que sofreram alteração da lei n.º 11.638/2007 da empresa Tractebel Energia SA, nos anos de 2007 a 2011; e
- c) identificar através da Demonstração Das Mutações Do Patrimônio Líquido (DMPL) o tratamento dado a distribuição de lucros com a extinção da conta Lucros Acumulados e demais contas do Patrimônio Líquido que sofreram alterações da Lei nº. 11.638/2007 da empresa Tractebel Energia SA nos anos de 2007 a 2011.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A Lei n.º 11.638, promulgada em 28 de dezembro de 2007 que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 2008, alterou e introduziu novos dispositivos à lei das Sociedades por Ações (SA), Lei nº. 6.404/1976, cujo principal objetivo é a alteração das regras contábeis. A Lei n.º 11.638/2007 trouxe significativas mudanças às contas do Patrimônio Líquido das empresas. Essas mudanças servem para adequar a contabilidade das empresas brasileiras à contabilidade internacional.

A alteração do PL, pela Lei n.º 11.638/2007, poderá trazer maior credibilidade internacional às empresas nacionais pelo fato de igualar os procedimentos adotados no Brasil aos padrões internacionais.

O tema abordado é relevante por tratar de uma alteração recente, sendo que vários pronunciamentos e interpretações precisaram ser emitidos devido sua complexidade. Pronunciamentos internacionais foram interpretados e adaptados conforme a legislação vigente do Brasil. A pesquisa pretende ainda demonstrar se a implementação da Lei n.º 11.638/2007 trouxe reflexos significativos para a empresa Tractebel Energia, verificando se a adoção das novas práticas contábeis foi adotada por esta empresa no primeiro ano da vigência desta lei.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O conhecimento pode ser adquirido de diversas maneiras, como em leitura ou por meio da observação. A pesquisa também é uma forma de adquirir conhecimento, que servirá para responder a questionamentos. Para Andrade (1993, p. 95), pesquisa é “o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

A metodologia do presente trabalho esta agrupada em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto aos procedimentos e a pesquisa quanto à abordagem.

1.4.1 Quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos este estudo é classificado como uma pesquisa exploratória e descritiva, pois busca esclarecer a forma como foi aplicada as novas exigências contábeis para o grupo do Patrimônio Líquido.

A pesquisa exploratória segundo Beuren (2006, p. 80), “consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto”.

Segundo Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Para Gil (2002, p.42) as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O presente trabalho caracteriza-se por exploratório ao fazer uma análise das demonstrações contábeis com o objetivo de identificar os impactos da alteração da Lei das SA, sendo o tema pouco abordado e tendo aplicabilidade recente, caracteriza-se por descritivo, ao comparar e relatar as possíveis alterações na aplicação desta lei.

1.4.2 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando de livros, publicação em periódicos, artigos, monografias, leis.

Cervo e Bervian (1983, p.55) definem a pesquisa bibliográfica:

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou documental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica utiliza-se de publicações já existentes como afirma Gil (1999), principalmente livros e artigos científicos. Para Gil (2008) a pesquisa documental é semelhante a bibliográfica a diferença é que a bibliográfica recebe contribuições de diversos autores e na documental são arquivos não receberam tratamento analítico.

Para elaboração deste trabalho utilizou-se, das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Notas Explicativas que foram extraídos do *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

1.4.3 Quanto à abordagem do problema

A pesquisa, quanto à abordagem do problema, é classificada neste estudo como qualitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se por analisar o tema de forma detalhada, interpretando seus resultados e descrevendo-os. Segundo Beuren (2004, p. 92), “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que esta sendo estudado”

Para Richardson (1999, p. 80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos e possibilitar, em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

De acordo com o método qualitativo este estudo não se utiliza de métodos e técnicas estatísticas, procura demonstrar quais foram as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido.

1.5 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa limita-se a analisar as informações da empresa Tractebel Energia arquivadas no *site* da Bovespa como:

- a) O grupo Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial referente aos anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.
- b) Demonstrações da Mutações do Patrimônio Líquido referente aos anos 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

Foi analisado o Patrimônio Líquido antes e depois da alteração da lei n.º 11.638/2007, verificando se houve evidenciação em Notas Explicativas das alterações da lei n.º 6.404/1976 justificando o saldo final das contas extintas.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa está dividida em quatro capítulos, tendo como principal objetivo verificar as alterações introduzidas pela lei n.º 11.638/2007 e pronunciamentos do CPC, na forma de evidenciação das contas no Patrimônio Líquido.

O primeiro capítulo introduz o presente trabalho, contendo o tema e o problema, o objetivo geral e o específico a serem alcançados, aborda também a metodologia da pesquisa demonstrando os procedimentos utilizados e as limitações para o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica com um breve histórico da alteração da Lei das SA, aponta os órgãos responsáveis pela regularização das normas contábeis, traz o conceito do grupo de contas do Patrimônio Líquido e as alterações trazidas pela Lei n.º 11.638/2007 neste grupo, trata também das DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e DLPA (Demonstração do Lucro e Prejuízo Acumulado).

O terceiro capítulo aborda a empresa analisada fazendo um breve histórico, traz quadros que demonstram o grupo do Patrimônio Líquido e as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios compreendidos pela pesquisa e demonstra as alterações encontradas nos exercícios sociais após a aplicação da Lei n.º 11.638/2007.

No quarto e último capítulo foram expostas as conclusões da pesquisa quanto ao problema e objetivos da pesquisa com algumas sugestões para futuras pesquisas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho divide-se nos seguintes tópicos: Alteração da Lei das SA, Órgãos responsáveis pela regularização das Normas Contábeis, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração de lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Patrimônio Líquido (PL) e alterações, Notas Explicativas.

2.1 A LEI DAS SA E SUAS ALTERAÇÕES

A contabilidade surgiu da necessidade de registrar e controlar os bens. A medida que os anos se passaram e os negócios ampliaram, havendo assim o comércio desses bens surgiu a necessidade de um controle rigoroso por parte governamental.

Segundo Niyama e Silva (2008, p. 16), “no Brasil, a história da padronização data de 1808, quando se determinou a utilização das partidas dobradas”. Em 25 de junho de 1850, foi aprovada a Lei n.º 556, criando o Código Comercial Brasileiro que obrigava as empresas a manter escrituração contábil, seguindo ordem nos registros e balanços. Havia ainda assim a necessidade da aprovação de uma lei no Brasil que padronizasse esta ordem dos registros.

Foi então aprovada a Lei das SA, em 15 de dezembro de 1976, que regulamenta as empresas de capital aberto normatizando as práticas contábeis dando uma maior credibilidade aos investidores. “A principal ênfase desta lei era o acionista brasileiro, o mercado de capitais no Brasil” (MARION, 2009, p. 161).

Com o avanço da economia e a necessidade de captação de recursos externos surgiu a necessidade da internacionalização das normas contábeis. Mas para a convergência às normas internacionais seria necessário a alteração da lei vigente para adequação destas normas.

Um projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional no ano de 2000 pela CVM por meio de sua Comissão Consultiva de Normas Contábeis. A pretensão era que o Brasil fosse o pioneiro na adesão às normas internacionais de forma completa, (IUDÍCIBUS, 2010).

O projeto de lei foi aprovado somente em 2007, sendo editada a Lei n.º 11.638/2007, que alterou alguns dispositivos da antiga redação dada pela Lei n.º 6.404/1976. Alguns desses dispositivos estavam desatualizados, Iudícibus (2010) descreve que o projeto estava defasado por ter demorado tantos anos para ser aprovado e que seriam necessárias várias modificações.

Em 2008 modificações surgiram com a Medida Provisória 449/2008 que foi transformada na Lei n.º 11.941/2009, sendo feitas algumas alterações necessárias na Lei n.º 11.638/2007.

Para Silva, Madeira e Assis (2004, p.117):

No atual cenário mundial, com o surgimento de blocos econômicos continentais e regionais e o conhecimento das principais diferenças de práticas contábeis e suas origens, torna-se necessária a fixação de alternativas de confluências reais possíveis, visando contribuir para o estabelecimento de bases fundamentadas de viabilização do processo de harmonização contábil embasado em critérios uniformes de mensuração de investimentos, na obtenção de relatórios econômicos e contábeis inteligíveis e comparáveis, na efetiva redução de custos e na visão da contabilidade como veículo propulsor de credibilidade e comparabilidade das informações necessárias para o processo decisório.

Oliveira et al. (2008, p.7) comenta que “com a natural evolução do mercado de capital e do ambiente corporativo empresarial, é natural que também fossem desenvolvidos mecanismos para acompanhar essa evolução no âmbito da contabilidade (...)”. O mecanismo encontrado foi a harmonização das normas

Santos, et al (2010, p.03) comenta que no Brasil, a promulgação da Lei n.º 11.638/2007:

[...] tem ocasionado modificações substanciais nas práticas e nos padrões contábeis em uso no país, especialmente no que se refere à avaliação de itens patrimoniais e reestruturação do grupo patrimônio líquido, dando ênfase à essência sobre a forma e ao o conceito de valor justo, visando espelhar a realidade econômica das entidades e do seu patrimônio, demonstrando-o a valor mais próximo ao de mercado.

À medida que as normas e pronunciamentos foram surgindo as empresas procuraram se adequar à nova padronização contábil. Devido ao aumento da entrada de capitais estrangeiros, cresceu também a necessidade de informações contábeis que colaborassem para o processo de conhecimento das empresas e sua realidade (MARQUART, 2004).

De acordo com Niyama e Silva (2008), a padronização contábil não eliminará as fraudes ou falhas no mercado, poderá reduzir ou eliminar as incertezas no mercado. A insegurança do mercado será reduzida pois as informações apresentadas pelas empresas terão maior credibilidade com adoção da padronização das normas contábeis.

2.2 ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA REGULARIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

No início do processo de convergência das regras contábeis brasileiras às normas internacionais, inúmeras foram as dificuldades encontradas, para exemplificar pode ser citada a diferença na estrutura apresentada nos relatórios contábeis, cada país tinha sua estrutura elaborada de acordo com suas necessidades.

De acordo com Silva, Madeira e Assis (2004, p.116):

As inúmeras diferenças estruturais e culturais entre as normas e práticas contábeis adotadas pelos diversos organismos internacionais de normalização contábil são consideradas os maiores entraves à harmonização das regras contábeis e sua aplicação no mundo globalizado e um dos temas mais controvertidos a ser penetrado de forma adequada e eficaz na busca pela inserção da contabilidade no processo de internacionalização econômica.

Diante das dificuldades encontradas na implantação das normas internacionais surgiu a necessidade de interpretação a fim de regulamentar, esclarecer e adequar à realidade do país, já que os pronunciamentos não poderiam vir de encontro a legislação fiscal vigente. Entidades já constituídas como CVM, IBRACON, ABRASCA, APIMEC, FIPECAFI tem se reunido para tratar os pronunciamentos editados pelo IASB (BRAGA; ALMEIDA, 2009).

2.2.1 O *International Accounting Standards Boards (IASB)*

Em 1973, na Europa com um acordo realizado entre representantes da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e outras nações foi criado o ***International Accounting Standards Committee (IASC)***, ou Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade. Era o principal órgão normatizador das normas contábeis internacionais (OLIVEIRA et al, 2008).

Em 2001 foi criado o ***International Accounting Standards Boards (IASB)***, Conselho Internacional de Padrões Contábeis ou Junta de Normas Internacionais de Contabilidade, órgão privado sem fins lucrativos que assumiu as responsabilidades do ***IASC***.

Passou a anunciar pronunciamentos agora denominados ***International Financial Reporting Standards (IFRS)*** Padrões Internacionais de Evidenciação Financeira. A finalidade de “reduzir diferenças buscando harmonizar as regulamentações, normas contábeis e procedimentos relacionados com a preparação e apresentação de demonstrações contábeis” (CPC, 2012).

O ***IASB*** é o resultado da união de várias entidades de diversos países incluindo o Brasil, que possui como representantes o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (NIYAMA e SILVA 2008, p. 33).

Os Pronunciamentos Técnicos emitidos anteriormente pelo IASC eram chamados de ***IAS (Internacional Accounting Standards)***, após 2001, com o ***IASB***, os Pronunciamentos Técnicos emitidos passaram a ser conhecidos pelas ***IFRS (Internacional Financial Reporting Standards)***. As ***IFRS*** não são obrigatórias e servem como referência, ao contrário dos pronunciamentos emitidos pelo ***FASB***, (NIYAMA e SILVA 2008, p. 33).

De acordo com a estrutura apresentada, o ***IASB*** possui uma organização a “fim de tornar as decisões da instituição estáveis e legítimas, de representatividade do corpo decisivo, independência dos membros e suas habilidades técnicas” (NIYAMA e SILVA 2008, p. 34).

A figura 1 demonstra a estrutura do *IASB*:

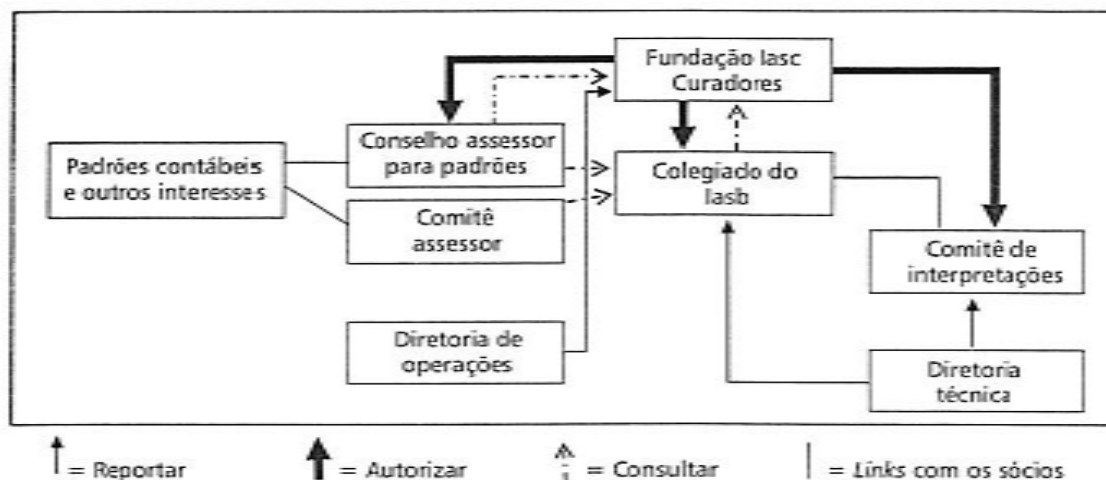


Figura 1: Estrutura *IASB*

Fonte: Niyama e Silva 2008 p. 35

As funções dos integrantes da estrutura do *IASB* são as seguintes:

Curadores em número de 22 que são os responsáveis pelo cumprimento dos requisitos e de seu funcionamento (NIYAMA e SILVA 2008);

Colegiados de Normas Internacionais de Contabilidade composto por 14 membros nomeados pelos curadores e deverá ser responsável pela elaboração e emissão das Normas Internacionais de Contabilidade. É o órgão de execução do *IASB* (NIYAMA e SILVA 2008);

Comitê de Interpretações composto por 12 membros nomeados pelos curadores e tem por função interpretar a aplicação das Normas Internacionais; publicar minutas de interpretações para comentários ao público e informar os dados obtidos ao colegiado com a devida autorização para as interpretações finais (NIYAMA e SILVA 2008);

Conselho Assessor de Padrões composto por 30 membros nomeados pelos curadores, cujo objetivo é fazer recomendações ao colegiado e mantê-los informado sobre as perspectivas das organizações sobre os principais projetos relativos as normas e fazer recomendações ao Comitê ou Curadores (NIYAMA e SILVA 2008).

O *IASB* emite os pronunciamentos internacionais, no Brasil esses pronunciamentos são interpretados e terão aplicação nas empresas de capital aberto mediante aprovação da CVM.

2.2.2 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A CVM é o órgão responsável pela regulamentação das empresas de capital aberto listadas na BOVESPA. O art. 5º da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, dispõe sobre a criação da CVM:

Art. 5º É instituída a Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

Dentre as atribuições da cita-se o registro de companhias abertas; registro de distribuições de valores mobiliários; credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários; organização, funcionamento e operações das bolsas de valores; negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários; administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações; suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores (CVM, 2012).

A CVM possui um papel importante no processo de normatização das práticas contábeis, sendo este papel percebido pela redação dada na Lei n.º 11.638/2007, em que foi acrescido no Art. 5º da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o Art. 10-A:

Art. 10-A. A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.

Portanto, a CVM celebrará convênio com órgãos reguladores para a emissão de pronunciamentos técnicos. Entre esses órgãos destaca-se Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2.3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é formado pelas seguintes entidades: - Associação Brasileira de Comunidades Alternativas (ABRASCA); Associação dos Analistas de Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC); Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Autarquias e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Essas entidades se uniram em função da necessidade de convergência às normas internacionais com o objetivo de emitir Pronunciamentos Técnicos, orientações e Interpretações dos Pronunciamentos emitidos pelos órgãos internacionais. Além dessas entidades, participam também do processo a CVM, o Banco Central, a Secretaria da Receita Federal e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Foi Criado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 e tem como objetivo:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O CPC traduz e adapta as normas Internacionais emitidas pelo IASB, denominadas de IFRS, emitindo Pronunciamentos Técnicos (CPC), orientações (OCPC) e interpretações (ICPC). “É composto por 12 membros, para que um pronunciamento seja aprovado são necessários dois terços dos votos” (FILHO, RIBEIRO et al, 2009 p. 77).

Os Pronunciamentos Técnicos são emitidos pelo CPC a fim de adequar as empresas as novas praticas contábeis, os reflexos poderão ser percebidos nos demonstrativos contábeis publicados como o Balanço Patrimonial que teve sua estrutura alterada e a Demonstração do Patrimônio Líquido (DMPL) e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) que não deverão possuir saldos finais na conta de Lucros Acumulados.

2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) E ALTERAÇÕES.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbeck (2003, p. 291), “Patrimônio Líquido (PL) é a diferença entre o valor dos ativos e passivos e resultado de exercícios futuros, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios”. Com a alteração da Lei nº 6.404/1976 contas foram extintas e subgrupos foram criados, entre outras alterações, como a conta de Lucros Acumulados que não é mais possível manter sem destinações.

No quadro 1 pode ser observada a estrutura do grupo antes da entrada em vigor da Lei nº 11.638/2007 e após a sua regulamentação:

Antes	Depois
Capital Social	Capital Social
Reservas de Capital	Reservas de Capital
Reservas de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Reservas de Lucros	Reservas de Lucros
Reserva Legal	Reserva Legal
Reservas Estatutárias	Reservas Estatutárias
Reservas para Contingências	Reservas para Contingências
Reservas de Lucros a Realizar	Reservas de Lucros a Realizar
Reservas de Lucros para Expansão	Reservas de Lucros para Expansão
	Reservas de Incentivos fiscais
Reserva Especial Dividendo não Distribuído	Reserva Especial Dividendo não Distribuído
Lucros ou Prejuízos Acumulados	Prejuízos Acumulados
Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria

Quadro 1: Antes e Depois da lei n.º 11.638/2007

Fonte: Adaptado pelo autor com base na Lei n.º 6.404/1976 e Lei n.º 11.638/2007.

A Lei n.º 11.638/2007 inseriu a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial em substituição a Reservas de Reavaliação, criou o subgrupo de Reservas de Incentivos Fiscais e alterou o título da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados para Prejuízos Acumulados, sendo que não poderá ficar esta conta credora sem destinação.

2.3.1 Capital Social

Iudícibus (2010, p.345) define Capital Social como “o investimento efetuado na companhia pelos acionistas. Este abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social”.

“A conta do Capital Social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada” (MARION, 2009, p. 405). Com a alteração da Lei n.º 6.404/1976 o Capital Social manteve-se inalterado.

2.3.2 Reservas de Capital

Os valores negociados entre a empresa e os sócios são considerados Reservas de Capital. De acordo com Iudícibus et al. (2010, p 349):

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitaram pelo Resultado como Receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

Interpreta-se assim que os resultados operacionais da empresa não se encaixam nas Reservas de Capital. “As Reservas de Capital não se originaram do Lucro da Companhia (MARION, 2009, p. 408).

De acordo com a atual redação da Lei das SA foram eliminadas do grupo Reservas de Capital:

a) **Prêmio recebido na emissão de debêntures.**

Este grupo era utilizado de acordo com a antiga redação da Lei das SA, quando o preço cobrado pela emissão de debêntures fosse superior ao seu valor nominal, o excedente prêmio era evidenciado como uma reserva de capital (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2003).

Segundo Ferreira (2008, p. 7, apud Platt Neto, 2009, p. 62), o tratamento contábil adequado “é classificá-lo como um resultado não realizado para ser apropriado como receita, segundo o princípio da competência, na mesma base em que são apropriados os juros das debêntures”. Deverá ser classificado como receita e apropriada proporcionalmente até o vencimento da debênture, para reduzir o efetivo valor das despesas financeiras. Se registrado como Reserva de Capital, a empresa estaria se beneficiando da não tributação (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003).

b) **Doações e subvenções para investimentos.** O CPC 08, aprovado pela Deliberação da CVM n.º 649, de 16 de dezembro de 2010, que trata dos Custos de Transação e Prêmios na emissão de Títulos e Valores Imobiliários, como: Doações e Subvenções para Investimentos, e o CPC 13, aprovado pela deliberação da CVM n.º 565, de 17 de dezembro de 2008, que trata da Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/2007, dá o seguinte tratamento contábil às doações e subvenções, “os correspondentes valores integram o resultado como receitas”. Antes da alteração da lei n.º 6.404/1976 a contrapartida do acréscimo dos ativos era Reserva de Capital.

Para Santos (2011, p. 6), as Subvenções têm seu “reconhecimento como receita no período em que forem cumpridas as obrigações exigidas para que o benefício seja plenamente usufruído (imediatamente ou ao longo do tempo)”.

2.3.3 Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Reserva de Reavaliação eram os aumentos de valores das reavaliações de elementos de Ativo (Permanente), ocorria quando um item do ativo estava registrado por um valor menor que o preço do mercado (MARION, 2009, p.409).

A lei n.º 11.638/2007 eliminou a Reserva de Reavaliação, cabe ressaltar que este procedimento é permitido nas normas internacionais. Motivos para eliminação segundo Ferreira (2008, p. 7, apud Platt Neto, 2009, p. 62):

Por contrariar o princípio do registro pelo valor original, a reserva de reavaliação sempre foi contestada no Brasil, além de não ser um procedimento aceitável nos principais mercados mundiais. Entre outras impropriedades, ela impossibilitava a comparação de demonstrações contábeis e foi utilizada com desvio de finalidade, como compensação de prejuízos, justificativa para aumento de tarifas, complemento de correção monetária de balanço, instrumento de planejamento tributário.

A Lei n.º 11.638/2007 em substituição à Reserva de Reavaliação criou os Ajustes de Avaliação Patrimonial, onde a contrapartida dos ajustes será registrada nesta conta do PL. De acordo com Iudícibus et al. 2010, p. 350:

[...] a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial não corresponde a uma conta de reserva, uma vez que seus valores não transitaram pelo resultado. Sendo assim, ela não deverá ser considerada quando do cálculo do limite referente à proporção das reservas de lucros em relação ao capital.

O saldo existente na conta reserva de reavaliação deverão ser mantido até sua efetiva realização e transferido gradativamente para o resultado na medida em que os elementos do ativo ou passivo forem realizados, em obediência ao regime de competência (MARION, 2009). De acordo com o CPC 13 item 38 os saldos também poderão ser estornados até o término do exercício social de 2008.

2.3.4 Reservas de Lucros

Significativas mudanças ocorreram com a lei n.º 11.638/2007 na conta de Reservas de Lucros. O § 4º do art. 182 da Lei n.º 6.404/1976 prevê que:

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

As Sociedades por Ações não podem reter lucros sem justificativa. A companhia deve destinar o lucro, podendo fazê-lo como distribuição ou transferindo para a conta de Reservas se assim determinada ou autorizada por lei, estatuto social ou assembleia dos acionistas (IUDÍCIBUS, et al. 2010).

O art. 199 da Lei n.º 11.638/2007 limita o saldo da conta Reservas de Lucros, não podendo este ultrapassar o Capital Social, excluindo do cálculo as Reservas para Contingências, a de Incentivos Fiscais e Lucros a Realizar.

Classificam-se como Reservas de Lucros:

- a) Reserva Legal;
- b) Reserva Estatutária;
- c) Reserva para Contingências;
- d) Reserva de Lucros a Realizar;
- e) Reservas de Lucros para Expansão;
- f) Reserva de Incentivos Fiscais;
- g) Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído.

a) Reserva Legal - De acordo com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976 a Reserva Legal deverá:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Para Iudícibus et al. (2010, p. 351), “essa reserva, basicamente instituída para dar proteção ao credor”. O saldo poderá ser utilizado para compensar prejuízos ou para aumentar o capital.

b) Reservas Estatutárias – Parte do lucro líquido do exercício poderá ser destinado a reserva estatutária, desde que definido pelo estatuto da companhia (IUDÍCIBUS, et al. 2010). Não poderá esta reserva possuir a mesma finalidade das demais reservas de lucro.

c) Reserva para Contingências – A Lei n.º 6.404/1976 trata no seu art. 195 da forma de constituição da Reserva para Contingência:

Art. 195. A assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

A constituição desta reserva tem a finalidade de compensar em exercício futuro uma possível perda, cujo valor possa ser estimado. A reserva deverá ser revertida no exercício que deixarem de existir as razões que justificaram sua constituição, (MARION, 2009, p. 412). Se a empresa optou por constituir esta reserva no momento em que a perda se concretizar poderá utilizar este saldo.

d) Reserva de Lucros a Realizar - Evidencia a parcela do lucro não realizada financeiramente, sendo facultativa sua constituição, (MARION, 2009).

A Lei n.º 6.404/1976 foi alterada em seu art. 197, que tratava da Reserva de Lucros a Realizar, pela Lei n.º 10.303/01 e pela Lei n.º 11.638/2007, como segue:

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248)

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Com a alteração da redação da Lei n.º 6.404/1976 o cálculo da Reserva de Lucros a Realizar “passa a ser em função do dividendo obrigatório, e não mais das diversas reservas de lucro” (IUDÍCIBUS, et al. 2010, p.354).

De acordo com MARION (2009, p.413):

[...] nem sempre o lucro apurado pela contabilidade é realizado: Haveria necessidade de o lucro a Realizar, para efeito de distribuição de dividendos, ser transformado financeiramente (isto é, transformar-se em dinheiro) ou, ainda, existir fortes indícios de, num futuro bem próximo (curto prazo), haver a realização.

Miola, et al. (2011, p. 4), “entende que as empresas que possuem recursos para pagar os dividendos não precisam constituir as reservas de lucros a realizar”. Caso optem pela constituição poderão fazer após o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, que servem de base para sua constituição.

e) Reserva de Lucros para Expansão- a Assembleia Geral deverá aprovar a constituição dessa reserva que deverá estar de acordo com o orçamento de capital (IUDÍCIBUS, et al. 2010). Possui a finalidade de investimentos.

f) Reserva de Incentivos Fiscais- foi criada pela Lei n.º 11.638/2007 que dá a seguinte redação em seu art.195-A.

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

As Doações e Subvenções para investimentos eram tratadas pela antiga redação da Lei das SA a Lei n.º 6.404/1976 como Reserva de Capital, sendo alterada pela Lei n.º 11.638/2007 onde deverão passar pela Demonstração do Resultado do Exercício (MARION, 2009).

O CPC 07 aborda das Subvenções e Assistências Governamentais no seu item 15 conforme os argumentos que seguem:

15. O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

(a) uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados;

(b) subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação;

(c) assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

15A. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

15B. Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

A fim de evitar que as empresas fossem prejudicadas, houve alteração com a Lei n.º 11941/2009, “permitindo que a entidade registre, em cada exercício em que reconhecer este tipo de receita, a transferência da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais” (IUDÍCIBUS, et al. 2010, p. 360). Caso a empresa tenha prejuízo não fará a constituição desta reserva, podendo fazer nos exercícios seguintes.

2.3.5 Prejuízos Acumulados

A instrução normativa da CVM n.º 59, de 22 de dezembro de 1986 trata da obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pelas companhias abertas em seu art. 8º restringia a utilização da conta Lucros Acumulados.

Com a Lei n.º 11.638/2007 deixou de ser possível a apresentação de saldo credor na conta de Lucros Acumulados, mas poderá ser utilizada pelas empresas para demonstrar o resultado do período se positivo, devendo este saldo ser destinado de acordo com as políticas da empresa (IUDÍCIBUS, et al, 2010, p. 363).

O saldo credor representa o resultado da empresa não destinado O saldo devedor - prejuízos acumulados representam o saldo dos resultados negativos da empresa e não absorvidos por reservas anteriormente existentes e que deverá ser compensado com lucros a serem auferidos futuramente.

Se ocorrer de o resultado do exercício ser negativo (prejuízo), “este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem”, conforme parágrafo único, art. 189 da Lei n.º 6.404/1976.

No item 42 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 13 (CPC, 2008), que trata da Adoção inicial da Lei n.º 11.638/2007 e da Lei n.º 11.941/2009, tem-se:

[...] conforme modificação introduzida pela Lei nº. 11.638/2007, o lucro líquido do exercício deve ser integralmente destinado de acordo com os fundamentos contidos nos arts. 193 a 197 da Lei das S.A. A referida Lei não eliminou a conta de lucros acumulados nem a demonstração de sua movimentação, que devem ser apresentadas como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido. Essa conta, entretanto, tem natureza absolutamente transitória e deve ser utilizada para a transferência do lucro apurado no período, contrapartida das reversões das reservas de lucros e para as destinações do lucro.

O art. 178 da Lei n.º 11.638/2007, trata do grupo de contas do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial dividindo em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. A conta Lucros Acumulados não aparece no grupo do Patrimônio Líquido na redação vigente da lei das SA.

2.3.6 Ações em Tesouraria

As ações ou quotas da sociedade adquiridas pela própria companhia são chamadas Ações em Tesouraria. De acordo com o art. 30 da Lei da SA a empresa não pode negociar suas ações exceto em casos específicos determinados em lei.

A Lei n.º 11.638/2007 não fez modificações no que tange a ações em tesouraria. O seu registro no Balanço Patrimonial deverá ser feito em conta específica redutora do Patrimônio Líquido, intitulada "ações ou quotas em tesouraria". À medida que as ações ou quotas forem alienadas, tal operação gerará resultados positivos ou negativos e não devem integrar o resultado da empresa. (IUCIDÍBUS, et al. 2010, p. 361). É considerada uma transação entre os sócios da companhia.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é facultativa, porém é exigida pela CVM para as companhias de capital aberto.

Para Iudícibus et al (2003, p. 376),

É de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

A DMPL demonstra a destinação dada pela empresa ao resultado do exercício e a constituição ou reversão das reservas e demais contas do Patrimônio Líquido. Permite a observação de forma clara de toda a movimentação deste grupo de contas.

O art. 186 da lei n.º 6.404/1976 permite que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados possa ser apresentada juntamente com a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)

De acordo com Iudícibus (2003, p.368), “esta demonstração possibilita a evidência clara do lucro do período, sua distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

A redação dada pela Lei das SA n.º 11.638/2007 não alterou o artigo que tratava deste demonstrativo na antiga Lei n.º 6.404/1976 e continua a ser utilizada.

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

- I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
- II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Portanto não poderá mais existir saldo final positivo neste demonstrativo já que a atual redação dispôs que não é possível manter a conta de Lucros Acumulados sem destinação, devendo ser utilizada como conta transitória. Caso o saldo final seja prejuízo o mesmo deverá ser mantido na forma antiga de escrituração. Caso tenha lucro na apuração do resultado este poderá transitar por esta conta, mas deverá ser destinado conforme exige a legislação atual.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados para a realização desta pesquisa foram extraídos do *site* da empresa Tractebel Energia e *site* da Bovespa. A análise será feita nos Demonstrativos Financeiros Padronizados e Notas Explicativas publicadas no encerramento do exercício de 2007 a 2011.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Tractebel Energia SA é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente. Possui como atividade operacional a implantação e operação de usinas geradoras de eletricidade. Situada em Florianópolis, Santa Catarina, é a maior empresa privada geradora de energia elétrica, com usinas em todas as regiões do Brasil (TRACTEBEL, 2012).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sobre o controle da SUEZ-Tractebel Société Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do grupo GDF SUEZ, sediado na França (TRACTEBEL, 2012).

A Companhia é responsável por cerca de 7% da energia gerada no país. Sua capacidade instalada é de 6.472 MW, dos quais aproximadamente 79% em usinas hidrelétricas, 18% em termelétricas e 3% em energias alternativas (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, eólicas e movidas à biomassa) (TRACTEBEL, 2012).

O parque gerador da Companhia é composto pelos seguintes tipos de usinas geradoras de energia: 8 (oito) hidrelétricas, 6 (seis) termelétricas, 3 (três) PCH, 2 (duas) eólicas e 2 (duas) movidas à biomassa (TRACTEBEL, 2012).

3.2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2008

A alteração da Lei n.º 6.404/1976 ocorreu em 2007, tendo sua aplicação para o exercício de 2008. Diante das dificuldades encontradas para aplicação, alguns pronunciamentos foram emitidos permitindo a postergação do prazo para a adoção da lei.

A seguir os dados apresentados no Balanço Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, nos anos de 2007 e 2008:

Tabela 1: Patrimônio Líquido exercício de 2008. (Reais Mil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2008	31/12/2007
2.05	Patrimônio Líquido Consolidado	3.170.788	2.816.853
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	633.327	279.392
2.05.04.01	Legal	305.254	249.496
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	328.073	29.896
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

O Balanço do exercício social de 2008 foi publicado em 18/03/2009. Em nota explicativa a foi divulgada a consonância com as práticas contábeis exigidas pela Lei n.º 11.638/2007, de acordo com as orientações da CVM e normas emitidas pelo IASB, e que algumas alterações seriam aplicadas, somente a partir do exercício social de 2008, pois dependiam de normatização de órgão reguladores.

3.2.1 Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2008

Para adequação à atual legislação, conforme orientação CVM n.º 565/2008 e CPC 13, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra a conta de lucros acumulados (TRACTEBEL, 2009), conforme demonstrado na tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/2007. (Reais Mil)

	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis de 31.12.2008	1.115.153	3.170.788
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei n.º 11.638/2007		
Baixa de ativo diferido	1.064	7.753
Amortização do ativo diferido	-410	-410
Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes	-222	-1.992
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei n.º 11.638/2007	1.115.585	3.176.139

Fonte: Tractebel (2009).

Em nota explicativa a empresa evidencia o tratamento dado aos valores que tinha na conta do ativo diferido. Com adoção da Lei n.º 11.638/2007, que restringiu a utilização destas contas, o saldo foi transferido parte para imobilizado e intangível, o que não pode ser transferido para contas do ativo foi baixado contra lucros acumulados. Como consequência houve uma redução no Lucro Líquido do exercício de 2008 e no total do Patrimônio Líquido, devido aos ajustes permitidos pela legislação societária vigente.

A empresa adota uma política de dividendos estabelecendo um mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício. Existe também a intenção de pagar 55% do lucro líquido de cada exercício sobre a forma de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos. Os valores restantes na conta de lucros acumulados são submetidos à Assembleia Geral Ordinária que aprova a destinação para as reservas, conforme exigência legal.

A companhia obteve o maior lucro da história da empresa, 6,6% a mais que no exercício anterior (2007), sendo distribuídos R\$ 318 milhões de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 262,5 milhões, o excedente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. R\$ 176 milhões foram distribuídos como juros sobre capital próprio.

A tabela 3 demonstra as destinações:

Tabela 3: Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido 2008. (Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2008						
Cod.	Descrição	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucro	Lucros/Prej. Acumulados	Total PL
5.01	Saldo Inicial	2.445.766	91.695	279.392	0	2.816.853
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.919	0	-4.919
5.03	Saldo Ajustado	2.445.766	91.695	274.473	0	2.811.934
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	1.115.153	1.115.153
5.05	Destinações	0	0	358.854	-1.115.153	-756.299
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-580.299	-580.299
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-176.000	-176.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	358.854	-358.854	0
5.05.03.0	Reserva Legal	0	0	55.758	-55.758	0
5.05.03.0	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	303.096	-303.096	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes Títulos Valores Mobiliários	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0
5.09	Const./Realização Reservas Cap.	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.445.766	91.695	633.327	0	3.170.788

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Analisando a DMPL do exercício de 2008 percebe-se que parte das outras destinações aprovadas pela Assembleia foi transferida para a conta de Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$ 303 milhões. Consta, em nota explicativa que esta reserva tem como objetivo investir no pagamento de projetos adquiridos de geração de energia, de acordo com a estrutura admitida pela Lei n.º 11.638/2007 do grupo do PL é uma conta de Reserva para Expansão. Houve um ajuste de exercícios anteriores no valor de R\$ 4,9 milhões, contra a conta de Reserva de Retenção de lucros, ficando com o saldo final de R\$ 328 milhões. O motivo do ajuste é citado pela companhia como baixa de gastos diferido.

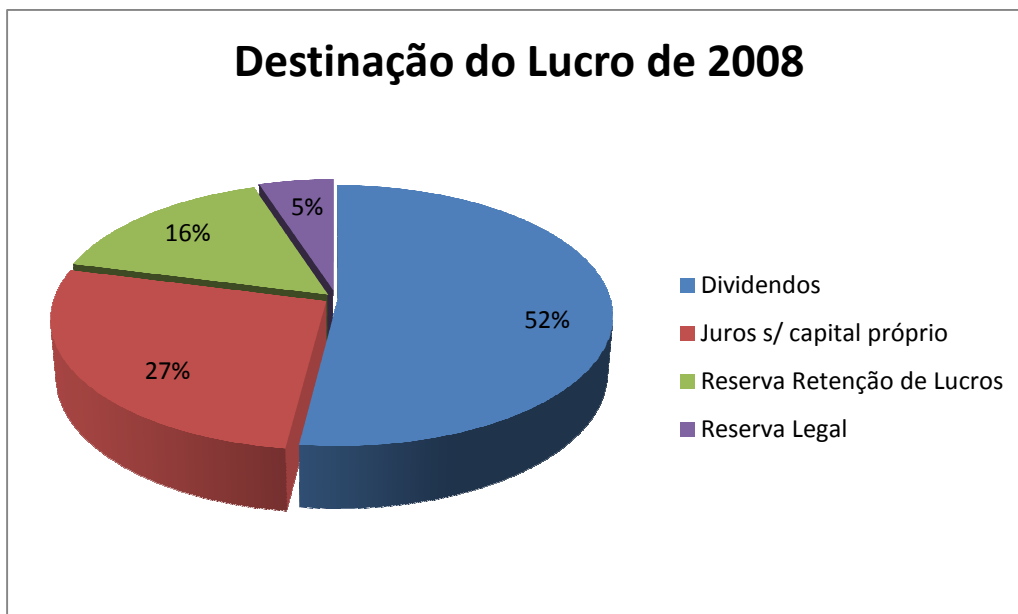


Gráfico 1: Destinação do lucro do exercício 2008.

Fonte: Adaptado de Tractebel (2009).

O gráfico 1 demonstra em percentuais os valores destinados do resultado do exercício de 2008, percebe-se que a empresa agiu em conformidade com as práticas contábeis, destinando todo o saldo credor da conta de Lucros Acumulados.

Em 2011 a empresa republicou nas suas demonstrações financeiras padronizadas, os demonstrativos comparativos com o exercício de 2008 adotando as práticas contábeis exigidas com alteração da lei.

De acordo com a estrutura apresentada o total do grupo do PL teve um acréscimo de 23% se comparado a publicação anterior, essa diferença de saldo foi evidenciada na conta de Reserva de Retenção de Lucros, que teve seu saldo ajustado ocasionando uma redução e na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, que apresentou um saldo de R\$ 821 milhões.

Segue tabela 4 apresentando um comparativo entre os valores reapresentados em 2011 referentes ao exercício de 2008:

Tabela 4: PL comparativo exercício de 2008.

(Reais Mil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2008	31/12/2008
		Apresentado	Reapresentado
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.170.788	3.900.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	633.327	541.687
2.03.04.01	Reserva Legal	305.254	305.254
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	328.073	236.433
2.03.04.06	Reserva Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados		
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		821.039
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes		
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores		

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Em nota explicativa divulgada em 2011 a empresa justificou a origem do valor transferido para a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 821 milhões, comentando que estava atendendo aos pronunciamentos e interpretações do CPC adotando o valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado.

3.3 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2009

Durante o exercício de 2009 foram emitidos 26 pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC) aprovadas pela CVM. Para a empresa Tractebel, de acordo com o que consta em nota explicativa, somente o ICPC 08 teria impacto nas demonstrações contábeis do exercício de 2009.

O ICPC 08 trata da contabilização da proposta de pagamento de dividendos, onde interpreta que a parcela do dividendo mínimo obrigatório é uma obrigação legal, devendo figurar no passivo. Caso a parcela proposta pelos órgãos da administração exceda o mínimo obrigatório, deverá ser mantida no Patrimônio Líquido, em conta específica do tipo “Dividendo Adicional Proposto”, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios.

Tabela 5: Patrimônio Líquido exercício de 2009.

(Reais Mil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
2.05	Patrimônio Líquido Consolidado	3.681.267	3.170.788	2.816.853
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	1.143.806	633.327	279.392
2.05.04.01	Legal	361.974	305.254	249.496
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	781.832	328.073	29.896
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

As demonstrações financeiras do exercício de 2009 da empresa foram publicadas em 24/02/2010. A empresa buscou adequar-se a nova estrutura exigida pela Lei n.º 11.638/2007. Porém ao analisar o quadro 6, demonstrando o grupo do PL percebe-se que foi utilizado na sua apresentação a conta Reservas de Reavaliação.

3.3.1 Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2009

A empresa obteve um lucro em 2009 superior em 2% ao ano anterior de 2008, foram destinados a título de dividendos R\$ 429,9 milhões, sendo R\$ 323,3 milhões dividendo mínimo obrigatório e R\$ 81,9 milhões o excedente proposto por deliberação da Assembleia Geral. Os valores de distribuição dos dividendos excedente não foram evidenciados conforme ICPC 08 como demonstra na tabela 6:

Tabela 6: Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido 2009. (Reais Mil)

Cód.	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucro	Lucros/Prej. Acumulados	Total PL
5.01	Saldo Inicial	2.445.766	91.695	633.327	0	3.170.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.445.766	91.695	633.327	0	3.170.788
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	1.134.398	1.134.398
5.05	Destinações	0	0	510.479	-1.134.398	-623.919
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-429.919	-429.919
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.000	-194.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	510.479	-510.479	0
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	56.720	-56.720	0
5.05.03.02	Reserva de retenção de lucros	0	0	453.759	-453.759	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0
5.09	Const./Realização Reservas Cap.	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.445.766	91.695	1.143.806	0	3.681.267

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Os valores da distribuição de dividendos excedente foram reconhecidos integralmente no passivo, a forma correta de evidenciação seria no Patrimônio Líquido. A empresa divulgou em nota explicativa que não adotaria a interpretação técnica apresentada demonstrando um passivo a menor e o Patrimônio Líquido a maior em R\$ 81,9 milhões.

De acordo com a DMPL do exercício de 2009, a empresa destinou R\$ 56,7 milhões para Reserva Legal, R\$ 623,9 milhões distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, R\$ 453,7 milhões para Reserva de Retenção de Lucros. A constituição da Reserva de Retenção de Lucros tem a finalidade de investimento na aquisição de usinas e manutenção do parque gerador.

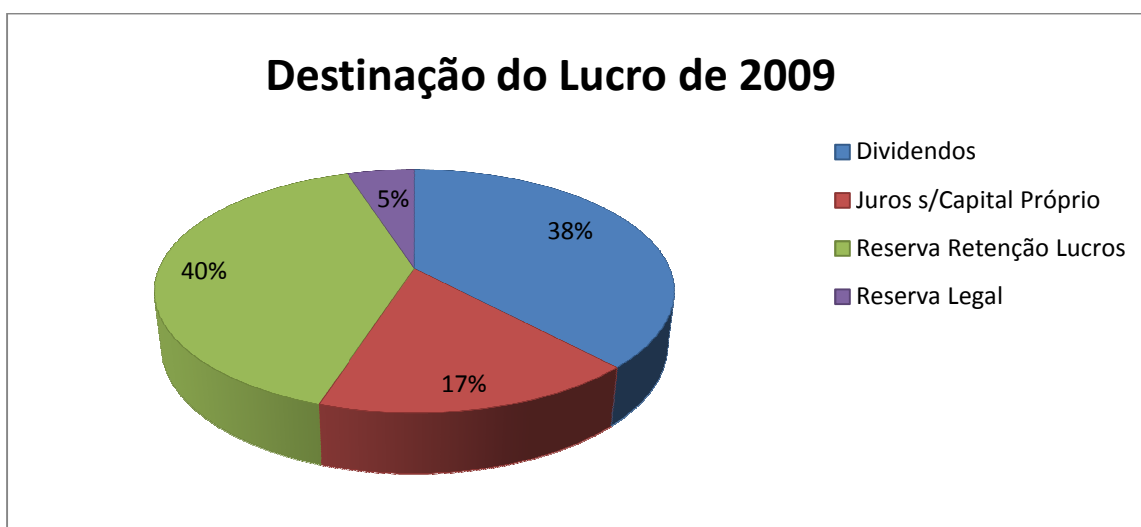


Gráfico 2: Destinação lucro do exercício 2009.

Fonte: Adaptado de Tractebel (2010).

O gráfico 2 demonstra a distribuição do resultado do exercício de 2009. No exercício de 2009, não houve ajustes que refletissem em contas do Patrimônio Líquido na publicação dos demonstrativos na data de 24/02/2010.

De acordo com o item 10 do CPC 13 que trata da adoção inicial da Lei n.º 11.638/2007 as empresas deverão adotar uma data de transição para elaboração do Balanço Patrimonial adotando as novas práticas contábeis que seria o ponto de partida para sua contabilidade de acordo com a Lei n.º 11.638/2007.

As entidades poderão adotar como data de transição a abertura em 1º de janeiro de 2008 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2007, caso siga o § 1º do art. 186 da Lei n.º 6.404/1976, onde determina que ajustes iniciais devem ser contabilizados na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Poderão adotar como data de transição 1º de janeiro de 2007 ou encerramento em 31 de dezembro de 2006 se optar por reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”, na qual requer que a entidade demonstre o balanço para cada conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo apresentado para fins de comparação.

Em nota explicativa referente às demonstrações contábeis de 2010, a empresa divulgou adotar como data de transição 1º de janeiro de 2009, e levantar balanços de abertura que foram ajustados e reclassificados considerando a aplicação dos novos procedimentos contábeis, conforme exigido pelo CPC 37 R1 que aborda a adoção inicial das normas internacionais. A figura 3 demonstra o Balanço adotando as novas práticas com os saldos ajustados em 01/01/2009.

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	6.338.412	3.167.624	3.170.788	8.341.816	5.171.028	3.170.788
<u>Ajustes e reclassificações:</u>						
Ativo circulante						
Ativo fiscal diferido	(13.642)	-	-	(14.488)	-	-
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	29.137	-	-	46.928	-	-
Ativo fiscal diferido	78.705	-	65.063	99.136	-	84.648
Investimento	(38.018)	-	(38.018)	-	-	-
Imobilizado	1.301.601	-	1.301.601	1.243.998	-	1.243.998
Passivo não circulante						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	29.137	-	-	46.928	-
Benefício pós-emprego	-	156.703	(156.703)	-	156.703	(156.703)
Passivo fiscal diferido	-	442.544	(442.544)	-	442.544	(442.544)
	<u>1.357.783</u>	<u>628.384</u>	<u>729.399</u>	<u>1.375.574</u>	<u>646.175</u>	<u>729.399</u>
Saldo após à adoção das novas práticas	7.696.195	3.796.008	3.900.187	9.717.390	5.817.203	3.900.187

Figura 2: Balanço patrimonial de abertura em 01/01/2009. (Reais Mil)
Fonte: Tractebel (2011).

Os ajustes e reclassificações foram evidenciados em notas explicativas de forma detalhada pela empresa. A companhia republicou as demonstrações contábeis do exercício de 2008 e 2009 adotando as novas práticas, e conforme instrução apresentou os demonstrativos comparativos somente do exercício de 2009, data da transição adotada pela empresa.

No balanço de abertura de 01/01/2009, apresentado em 08/04/2011, o saldo do PL estava R\$ 729,4 milhões a mais que no balanço encerrado em 31/12/2008, reflexo dos ajustes nas contas do Ativo Fiscal Diferido, Investimentos, Imobilizado, Benefício pós-emprego e Passivo Fiscal Diferido.

A empresa também reapresentou o balanço encerrado em 31/12/2009 foram feitos ajustes, conforme figura 4 apresentada:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	7.471.965	3.790.698	3.681.267	1.134.398	9.654.142	5.972.875	3.681.267	1.134.398
<u>Ajustes e reclassificações:</u>								
Ativo circulante								
Ativo fiscal diferido	(15.310)	-	-	-	(15.896)	-	-	-
Ativo não circulante								
Depósitos judiciais	25.833	-	-	-	48.882	-	-	-
Ativo fiscal diferido	68.814	-	53.504	-	88.065	-	72.169	-
Investimento	(36.231)	-	(36.231)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.214.092	-	1.214.092	-	1.159.196	-	1.159.196	-
Passivo circulante								
Dividendos e juros s/capital próprio	-	(81.913)	81.913	-	-	(81.913)	81.913	-
Passivo não circulante								
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	25.833	-	-	-	48.882	-	-
Benefício pós-emprego	-	132.705	(132.705)	-	-	132.705	(132.705)	-
Passivo fiscal diferido	-	412.792	(412.792)	-	-	412.792	(412.792)	-
Custos da venda de energia								
Depreciação	-	-	-	(87.509)	-	-	-	(84.802)
Receitas (despesas) operacionais								
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	23.998	-	-	-	23.998
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.787	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	18.193	-	-	-	17.273
	1.257.198	489.417	767.781	(43.531)	1.280.247	512.466	767.781	(43.531)
Saldo após a adoção das novas práticas	8.729.163	4.280.115	4.449.048	1.090.867	10.934.389	6.485.341	4.449.048	1.090.867

Figura 3: Balanço Patrimonial de 31/12/2009. (Reais Mil)

Fonte: Tractebel (2011).

Com a adoção das novas práticas contábeis no exercício de 2009 o PL da empresa teve um aumento de R\$ 767,8 milhões, percebidos com os ajustes nas contas do Ativo Fiscal Diferido, Investimento, Imobilizado, Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, Benefício pós-emprego, Passivo Fiscal Diferido. Contra a conta de Lucro do Exercício foram ajustados valores de depreciação, reversão de provisões operacionais, e equivalência patrimonial. Esse aumento pode ser percebido com o balanço comparativo evidenciado na tabela 7:

Tabela 7: PL comparativo entre Lei n.º 6.404/7 e Lei n.º 11.638/2007. (Reais Mil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2009	31/12/2009
		Lei n.º 6.404/1976	Lei n.º 11.638/2007
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.681.267	4.449.048
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	1.143.806	1.146.518
2.03.04.01	Reserva Legal	361.974	361.974
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	781.832	702.631
2.03.04.06	Reserva Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		81.913
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados		
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		765.069
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes		
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores		

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, poderá ser observado os ajustes efetuados, apresentada na tabela 8:

Tabela 8: Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido 2009.

(Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTA��OES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2009							
Cod.	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucro	Lucro/Prej. Acum.	Resultados Abrangentes	Total PL
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	633.327	0	0	3.170.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-91.640	0	821.039	729.399
5.02.01	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-91.640	821.039	729.399
5.02.02	Transferência para reservas	0	0	-91.640	91.640	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	541.687	0	821.039	3.900.187
5.04	Transa��o�es de Capital com os Sócios	0	0	81.913	-623.919	0	-542.006
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de A��o�es						
5.04.03	Op��o�es Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	A��o�es em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	A��o�es em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	81.913	-81.913	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.000	0	-194.000
5.04.08	Dividendos Intercalares	0	0	0	-348.006	0	-348.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes						
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassifica��o�es para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Muta��o�es Internas do Patrimônio Líquido	0	0	522.918	-466.948	-55.970	0
5.06.01	Constitui��o�o de Reservas	0	0	522.918	-522.918	0	0
5.06.02	Realiza��o�o da Reserva Reavalia��o�o						
5.06.03	Tributos s/Realiza��o�o Reserva de Reavalia��o�o						
5.06.04	Realiza��o�o ajuste valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	55.970	-55.970	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Os reflexos da ado  o o das novas práticas contábeis foram percebidos no PL nas contas :

- Reten  o o de Lucros, com uma diminui  o o do saldo, devido a redu  o o do lucro obtido com os ajustes, a empresa divulgou em nota explicativa que esta reserva tem por finalidade a aquisi  o o de investimentos para a companhia;
- Dividendo Adicional Proposto, onde empresa aplicou corretamente a interpreta  o o técnica (ICPC 08) alterando o valor da distribui  o o de dividendo excedente ao mínimo obrigatório lançado anteriormente no passivo para o PL;

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, na qual fez uma realização do valor justo do ativo imobilizado em R\$ 56 milhões, o saldo anterior desta conta era de R\$ 821,0 milhões e com este ajuste apresentou um saldo de R\$ 765,1 milhões.

Com a adoção das novas práticas contábeis no exercício de 2009, a conta Capital Social e Reservas de Capital não sofreram alterações. A conta Reserva de Lucros teve um acréscimo de R\$ 2,8 milhões pois foi reconhecido neste grupo R\$ 81,9 milhões do dividendo excedente ao mínimo obrigatório e reduzido o valor da Reserva de Retenção em R\$ 79,2 milhões. A conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados encerrou com o saldo zerado.

3.4 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DO EXERCÍCIO DE 2010

A partir do ano de 2010, passa ser obrigatória a apresentação das demonstrações contábeis com a aplicação das exigências da Lei n.º 11.638/2007, dos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do CPC. A tabela 9 demonstra a estrutura apresentada pela empresa do grupo PL:

Tabela 9: Patrimônio Líquido exercício de 2010.

(Reais Mil)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.072.684	4.449.048	3.900.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	1.827.033	1.146.518	541.687
2.03.04.01	Reserva Legal	422.556	361.974	305.254
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.246.207	702.631	236.433
2.03.04.06	Reserva Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.270	81.913	0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	708.190	765.069	821.039
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores			

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

De acordo com a apresentação do PL a empresa fez a aplicação adotando a partir de 2010, as exigências da Lei n.º 11.638/2007, do CPC e da CVM.

3.4.1 Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2010

A companhia fez a reapresentação dos demonstrativos para os exercícios de 2009 e 2008 e no exercício de 2010 fez uma conciliação entre o balanço patrimonial com a adoção das novas práticas e sem a adoção, demonstrando em nota explicativa como consta na figura 5:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	8.500.578	4.105.839	4.394.739	1.219.572	11.663.803	7.269.064	4.394.739	1.219.572
<u>Ajustes e reclassificações:</u>								
Depósitos judiciais	68.568	-	-	-	68.568	-	-	-
Ativo fiscal diferido	27.156	-	27.156	-	44.902	-	44.902	-
Investimento	(34.445)	-	(34.445)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.125.206	-	1.125.206	-	1.073.015	-	1.073.015	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	68.568	-	-	-	68.568	-	-
Benefício pós-emprego	-	57.401	(57.401)	-	-	57.401	(57.401)	-
Passivo fiscal diferido	-	382.571	(382.571)	-	-	382.571	(382.571)	-
Depreciação	-	-	-	(88.886)	-	-	-	(86.180)
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	75.304	-	-	-	75.304
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.786	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	3.873	-	-	-	2.953
	<u>1.186.485</u>	<u>508.540</u>	<u>677.945</u>	<u>(7.923)</u>	<u>1.186.485</u>	<u>508.540</u>	<u>677.945</u>	<u>(7.923)</u>
Saldo após à adoção das novas práticas	<u>9.687.063</u>	<u>4.614.379</u>	<u>5.072.684</u>	<u>1.211.649</u>	<u>12.850.288</u>	<u>7.777.604</u>	<u>5.072.684</u>	<u>1.211.649</u>

Figura 4: Balanço patrimonial comparativo 2010. (Reais Mil)
Fonte: Tractebel (2011).

De acordo com o balanço comparativo apresentado pela empresa, o valor do lucro do exercício teve seu saldo reduzido devido a ajustes com depreciação, reversão de provisões e impostos diferidos. O PL total teve um acréscimo devido aos Ajustes do Imobilizado, do Ativo Diferido, Benefício pós-emprego e Passivo Diferido.

Do lucro do exercício de 2011 foram distribuídos R\$ 604,2 milhões para constituição de reservas, destes R\$ 60,6 milhões foram para Reserva Legal e R\$ 543,6 milhões para Reserva de Retenção de Lucros. Foi destinado como dividendo mínimo obrigatório R\$ 158,3 milhões, provisionado no passivo, e o excedente em R\$ 286,1 milhões sendo registrado em conta do PL. Os juros sobre capital próprio foram no valor de R\$ 220 milhões. O gráfico 3, representa em percentuais os valores destinados do lucro líquido do exercício de 2010.

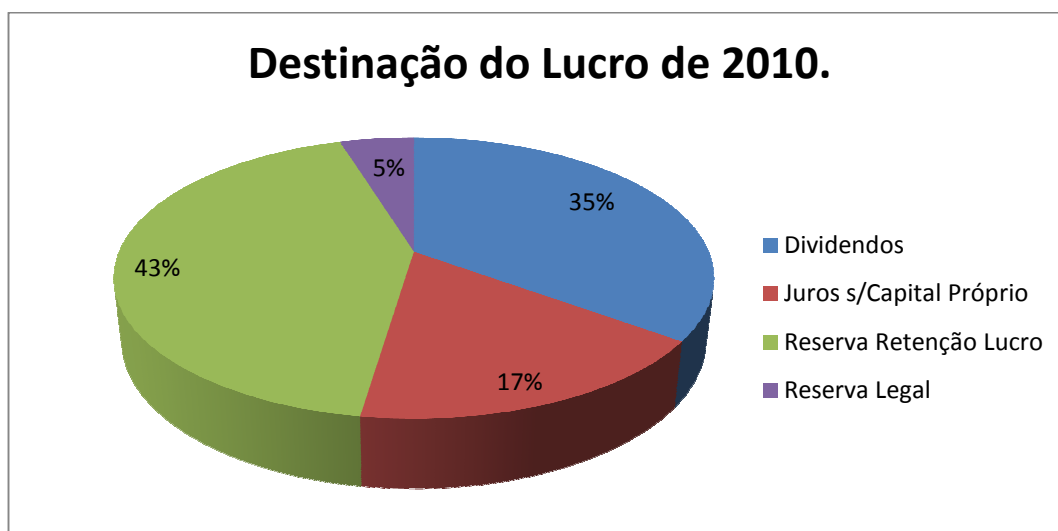


Gráfico 3: Destinação do lucro do exercício de 2010.
Fonte: Adaptado de Tractebel (2010).

Caso a empresa não fizesse a adoção das novas práticas contábeis em 2010 na conta de Lucro Líquido, os valores a serem distribuídos em 2010 seriam superiores em R\$ 7,9 milhões.

A tabela 10 representa a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido onde traz o saldo inicial (31/12/2009), com a adoção das práticas contábeis exigidas pela legislação vigente.

Tabela 11: Patrimônio Líquido 2011.

(Reais Mil)

PATRIMONIO LÍQUIDO		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.450.258	5.072.684	4.449.048
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695	91.695
2.03.02.08	Mudança de participação em controlada			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	2.262.157	1.827.033	1.146.518
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	422.556	361.974
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.229.380	1.229.380	702.631
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	26.282	16.827	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	517.342	158.270	81.913
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	648.363	708.190	765.069
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.277	0	0

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Ao analisar o grupo do PL percebe-se que a empresa buscou uma reestruturação do seu plano de contas em relação ao grupo do PL. Houve movimentação na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Porém a conta Reserva de Reavaliação foi apresentada no Balanço Patrimonial. Também foi utilizada a conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

3.5.1 Efeitos relacionados à adoção da Lei n.º 11.638/2007 no PL em 2011

Com a adoção da Lei n.º 11.638/2007, houve um aumento no total do grupo do Patrimônio Líquido em 2011. Lançamentos que eram feitos em contas do ativo e passivo, foram ajustados contra contas do PL, principalmente nas Reservas de Lucro e Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme DMPL do exercício de 2011 apresentada na tabela 12:

Tabela 12: Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido 2011. (Reais Mil)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2011									
Cód.	Descrição	Capital Social	Reservas Capital	Reservas Lucros	Lucros/Prej. Acumulados	Resultados Abrangentes	PL	Participação Não Controladores	PL Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	359.072	-1.431.411	0	-1.072.339	1.807	-1.070.532
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-658.014	0	-658.014	-258	-658.272
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-253.990	0	-253.990	0	-253.990
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-158.270	0	0	-158.270	0	-158.270
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	517.342	-517.342	0	0	0	0
5.04.10	Transação com acionista não controlador	0	0	0	-2.065	0	-2.065	2.065	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636	470	1.448.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.447.636	0	1.447.636	470	1.448.106
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes								
01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
04	Ajustes de Conversão do Período								
05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	76.052	-16.225	-59.827	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva legal	0	0	66.597	-66.597	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	9.455	-9.455	0	0	0	0
5.06.06	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	59.827	-59.827	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	2.262.157	0	648.363	5.447.981	2.277	5.450.258

Fonte: Adaptado de Bovespa (2012).

Em 2011 a empresa obteve lucro, destinando R\$ 658 milhões como dividendos mínimo obrigatório, registrado em conta do passivo e R\$ 517,4 milhões como dividendos adicionais propostos lançados no PL.

Para Reserva Legal não poderia ser destinado 5% pois ultrapassaria 20% do Capital Social, foi destinado R\$ 66,6 milhões equivalente a 4,6%. O saldo final da conta Reserva Legal, registrado no Balanço Patrimonial, encerrou com 20% do Capital Social.

A empresa possui um benefício fiscal de redução do imposto de renda concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o saldo da conta Reserva de Incentivos Fiscais foi constituído mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente a esse benefício fiscal, tendo sua evidenciação em nota explicativa.

Nos demonstrativos contábeis publicados de 2010 não havia saldo na conta Reservas de Incentivos Fiscais, em 2011 ao republicar o Balanço Patrimonial havia um saldo de R\$ 16,9 milhões. Em nota explicativa de 2010 e 2011 não houve menção deste valor. Ao analisar o saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros em 2010 reapresentado em 2011, percebe-se que houve uma redução do mesmo valor que foi destinado a Reserva de Incentivos Fiscais.

O valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial foi evidenciado como sendo o reconhecimento no resultado da depreciação do ajuste do valor justo do ativo imobilizado, o ativo imobilizado foi reconhecido ao seu valor justo na data de transição adotada (01/01/2009) conforme pronunciamento CPC 27 e interpretação ICPC 10.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de informações padronizadas que possam ser utilizadas de forma comparável, fez com que fosse alterada a antiga redação dada pela Lei das SA. A Lei n.º 11.638/2007 foi promulgada a fim de buscar uma padronização internacional das normas contábeis. Essa alteração trouxe num primeiro momento dúvidas de aplicação, que deverão ser sanadas por pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelos órgãos reguladores.

Neste sentido o objetivo-se com este estudo demonstrar as diferenças na forma de evidenciação das contas e as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pronunciamentos do CPC, no Patrimônio Líquido da empresa abordada, utilizando as Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis como limitação.

4.1 QUANTO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS

Quanto ao objetivo geral de analisar as alterações ocasionadas pela aplicação da Lei n.º 11.638/2007 no grupo do PL pode-se observar no decorrer do capítulo 3 uma análise do grupo do PL para os exercícios de 2008 a 2011, buscando demonstrar as alterações introduzidas pela Lei.

Os objetivos específicos de descrever as mudanças e demonstrar as diferenças encontradas no grupo do PL foram alcançados com a apresentação das tabelas constantes no capítulo 3 contendo o grupo do PL publicado no *site* da BOVESPA, que trouxeram esclarecimentos quanto ao tratamento contábil dado pela empresa as alterações trazidas pela Lei.

Ao utilizar das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos anos de 2008 a 2011, descrevendo a destinação dada ao resultado do exercício considerou-se atendido outro objetivo específico.

As diferenças encontradas no grupo do PL com a adoção da harmonização das práticas contábeis foram descritas abordando a aplicação na empresa. Com isso os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados.

4.2 QUANTO AO ALCANCE DOS RESULTADOS

A pesquisa buscou trazer entendimento quanto a aplicação da Lei n.º 11.638/2007, analisando e fazendo um comparativo entre o antes e o depois da alteração da Lei, conseguindo um resultado satisfatório quanto ao alcance do seu resultado devido as informações publicadas em notas explicativas por parte da empresa Tractebel Energia, propiciando um entendimento quanto as alterações.

A empresa buscou se adequar as exigências a partir do primeiro ano da vigência da Lei n.º 11.638/2007. Devido à complexidade foi adotando a harmonização das práticas contábeis à medida que os pronunciamentos, orientações e interpretações foram esclarecendo os questionamentos, o processo deverá ter continuidade até uma total uniformização das normas por parte dos órgãos reguladores. Por ser uma pesquisa limitada as informações arquivadas no *site* da BOVESPA, alguns ajustes não foram esclarecidos.

4.3 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Este trabalho foi realizado em uma empresa de capital aberto, listada na BOVESPA e participante do novo mercado, uma sugestão para uma futura pesquisa seria fazer o mesmo objetivo deste estudo com uma empresa de grande porte de capital fechado.

Poderá ser feito também uma pesquisa comparando a aplicação das normas internacionais entre duas empresas situadas em países distintos. Ou fazer um comparativo entre duas empresas do mesmo setor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 1993.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO- BOVESPA. Apresenta as Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=17329&idoma=pt-br>>. Acesso em: 23 mar.2012.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**. 1. ed. – 4. reimp.- São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 6.385**, de 07/12/1976. Dispõe sobre o mercados de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15/12/1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28/12/2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1055/05**, de 07/10/2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis- (CPC) e dá outras providências.

CERVO, Amado Luíz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis- **Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1). Subvenção e Assistência Governamentais**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC07_R1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2012.

CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis- **Pronunciamento Técnico CPC 13. Adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e da Medida Provisória nº. 449/08**. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_13.pdf >. Acesso em: 24 abr. 2012.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Legislação e Regulamentação CVM**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

FERREIRA, Ricardo J. **Comentários à Lei nº 11.638/2007, que altera a Lei nº 6.404/1976**. Disponível em: <<http://www.editoraferreira.com.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3771&sid=12>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

FILHO, José Francisco Ribeiro et al. **Estudando Teoria da Contabilidade**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS Eliseu, GELBCKE Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Rita Marina da Silva; ARAUJO, Ademilson Ferreira de. **As Normas Brasileira de Contabilidade Internacional**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis. Ano VI, Número 11, maio/2008. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/contabeis11/pages/artigos/cc-edic11-anoVI-art02.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUART, André. Estudo comparativo entre as normas contábeis brasileiras e internacionais. 2004. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2004.

MIOLA, Jéssica Rayse Melo Silva de. **DESTINAÇÃO DOS LUCROS APÓS A LEI 11.638/2007: um estudo multi caso das empresas do setor de Tecnologia da Informação, sub setor Computadores e Equipamentos**. 4º Congresso Ufsc de Iniciação Científica. Abr. 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tiburcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de et al. **Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto, Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Comentários às alterações na Lei das S.A. conforme a Lei n.º 11.638/2007**. Material didático da disciplina Análise das Demonstrações Contábeis. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Edição do autor. Versão de out. 2009. 26p.

SANTOS, Edilene Santana. **Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos Resultados de 2010 a partir das empresas que se Anteciparam**. 11º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. jul.2011. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/191.pdf>>. Acesso em: 12. mai 2012.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos et al. **Efeitos da Lei 11.638/2007 sobre o Conservadorismo Condicional das Empresas Listadas BMf&BOVESPA**. 10º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. jul.2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/177.pdf> >. Acesso em: 06 abr. 2012.

SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira de. **Harmonização das Normas Contábeis: Um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade Brasileira**. Revista Contemporânea de Contabilidade. jan/jun.2004. Disponível em: <http://www.rcc.ufsc.br/edicao1/documentos/artigo_6.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2012.

TRACTEBEL ENERGIA S.A. Histórico da Companhia. Florianópolis: TRACTEBEL, 2012. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br/asp/system/viewPage.asp?P=806&VID=&SID=485858571288232&S=1&A=closeall&C=21245> >. Acesso em: 20 mar. 2012.